

## Ecologia e exploração do percebe na costa alentejana

**Teresa Cruz** (Professora auxiliar da Universidade de Évora)

Departamento de Biologia, Laboratório de Ciências do Mar – CIEMAR, [www.ciemar.uevora.pt](http://www.ciemar.uevora.pt)

Centro de Oceanografia, Faculdade de Ciências de Lisboa

O percebe (*Pollicipes pollicipes*; Figura 1) é um crustáceo cirrípede que vive na zona intertidal (entre-marés) e no subtidal (abaixo do limite inferior da baixa-mar de marés vivas) pouco profundo de litorais rochosos entre a Bretanha (França) e o Senegal, sendo raro no Mediterrâneo. O percebe é o recurso vivo do litoral rochoso português que possui maior importância económica. No Alentejo, o percebe pode ser encontrado no Cabo de Sines e no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, sendo apenas abundante em locais sujeitos a elevada agitação marítima.

Os percebeos são hermafroditas: cada animal é macho e fêmea ao mesmo tempo. Fazem fecundação cruzada e têm uma fase larvar planctónica composta por seis estados larvares *nauplius* e um estado *cypris* que se fixa ao substrato e sofre uma metamorfose em percebe juvenil. Um dos substratos mais importantes nesta fixação é o pedúnculo de outros percebeos, o que faz com que estes animais se distribuam tipicamente em aglomerados cerrados, com percebeos agarrados uns aos outros. Assim, ao apanhar-se um percebe adulto e de maior tamanho, é muito provável que sejam capturados diversos percebeos juvenis, o que diminui a capacidade de recuperação da população face à exploração humana. Uma vez destacados da rocha ou de outros percebeos, estes animais não conseguem fixar-se novamente ao substrato.

No Alentejo, a reprodução desta espécie ocorre sobretudo durante a Primavera e o Verão, e a fixação das suas larvas no litoral rochoso ocorre principalmente no Verão e no Outono (Cruz, 2000). Os percebeos são filtradores e alimentam-se quando estão imersos.

A exploração do percebe no sudoeste da costa continental portuguesa é muito intensa e, no litoral alentejano, o stock de percebe foi considerado intenso e totalmente explorado (Castro, 2004). A apanha do percebe é uma actividade tradicional com forte tradição familiar, designadamente nos concelhos de Aljezur e de Vila do Bispo (Jesus, 2006).

Até ao início do século XXI, não existia qualquer regulamentação da exploração deste recurso em Portugal continental. Recentemente e com vista a uma exploração sustentável, foram postos em vigor regulamentos que condicionam a apanha comercial do percebe em duas áreas protegidas: Reserva Natural das Berlengas (Portaria 378/2000) e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV; Portaria 285/2006).

Estes regulamentos não são idênticos. As principais regras em vigor relativas à apanha comercial do percebe no PNSACV são as seguintes: ser efectuada com arrilhada ou faca de mariscar; não ser permitida entre 15 de Setembro e 15 de Dezembro; cada apanhador não poder apanhar ou transportar na área do PNSACV mais de 20kg de percebe “em bruto” (não escolhido); o tamanho mínimo de apanha ser 20mm de RC (distância máxima entre os bordos das placas *Rostrum* e *Carina*), devendo, pelo menos, 75% do peso “em bruto” ser constituído

por exemplares com tamanho igual ou superior a 20mm de RC; o apanhador ter uma licença para a apanha do percebe na área do PNSACV, preencher um manifesto de apanha e entregá-lo à Direção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Recentemente, entrou também em vigor a Portaria 868/2006 que define os condicionalismos ao exercício da pesca lúdica. Neste diploma é definido que os praticantes da pesca lúdica devem respeitar as restrições biológicas, bem como os tamanhos mínimos fixados na legislação em vigor para a pesca comercial, e que o peso máximo total de capturas diárias de percebes é de 0,5kg. Este diploma condiciona ainda a apanha lúdica de percebes a ser efectuada sem algum instrumento.

O circuito de comercialização do percebe baseia-se essencialmente na venda directa aos restaurantes ou a particulares, e a maioria dos apanhadores não vende o percebe na lota.

Com o objectivo de caracterizar a actividade de apanha de percebe no PNSACV, foi realizado um estudo no Verão de 2002 (Jesus, 2006), que se baseou em observações no litoral e em inquéritos a apanhadores profissionais e lúdicos e a proprietários de restaurantes. Segundo este estudo, foi observado um número médio de 3 apanhadores/km em diferentes zonas do PNSACV, e em períodos de baixa-mar de marés vivas. As condições de mar e meteorológicas e a altura da maré prevista foram os factores referidos como condicionantes da apanha de percebe. Noutro estudo realizado no litoral rochoso alentejano, foi observada, entre 1994 e 1996, uma média de cerca de 2 apanhadores de percebe por km, em períodos de baixa-mar de marés vivas (Castro, 2004).

Nestes estudos, foram observados os seguintes montantes médios de captura de percebe por maré e por apanhador: 7,4kg (entrevistas a 27 apanhadores, Verão de 1999; Castro, 2004); 13,7 e 23,6kg (lúdico e profissional, respectivamente; entrevistas a 24 apanhadores, Verão de 2002; Jesus, 2006).

Actualmente, a maioria dos percebeiros profissionais do Alentejo e Algarve está integrada em duas associações: a Associação dos Pescadores da Costa Vicentina e do Sudoeste Alentejano; e a Associação dos Mariscadores de Vila do Bispo.

#### Bibliografia citada e consultada

- Castro, J.J., 2004. Predação humana no litoral rochoso português: caracterização, impacte ecológico e conservação. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, 348pp.
- Cruz, T., 2000. Biologia e ecologia do percebe, *Pollicipes pollicipes* (Gmelin, 1790), no litoral sudoeste português. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, 306pp.
- Jesus, D., 2006. Gestão do percebe (*Pollicipes pollicipes*) no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. In Teses em Gestão e Conservação da Natureza, Gestão de Recursos Marinhos. PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas, Lda.



Figura 1- Percebes da espécie *Pollicipes pollicipes*.